

# declaração final do I ENOPES

## I Encontro Nacional de Oposições Populares, Estudantis e Sindicais



### Caracterização da Situação Nacional e Mundial

**1** - Mais de 150 trabalhadores(as), estudantes e ativistas do Brasil, das regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, do movimento popular, sindical e estudantil reuniram-se no ENOPES nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2013.

**2** - Estiveram reunidos para analisar a crise estrutural de organização do proletariado, a luta de classes depois do levante popular e traçar uma política e plano de lutas para tal conjuntura. Esta declaração apresenta o resultado dos trabalhos que apontam para o fortalecimento das lutas populares e para a construção de uma Tendência Classista e Internacionalista, hoje materializada no Fórum de Oposições pela Base (FOB).

**3** - Tomando por base o documento "Teses para Construção de uma Tendência Classista e Internacionalista"[1] e a orientação histórica do sindicalismo revolucionário, produzimos uma análise de conjuntura e diversas políticas que visam aglutinar as forças de resistência popular e dar-lhes uma orientação estratégica e programática.

**4** - Os trabalhadores enfrentam uma profunda crise que não é nem conjuntural, nem de direção, mas uma crise estrutural de concepção de organi-

zação. A crise mundial que possibilitou um novo ciclo de lutas de classes explicita isso no Brasil e no Mundo. As massas insurgentes se batem não somente contra o Estado, o capital, as forças repressivas, mas também contra a burocracia sindical e estruturas representativas falidas que impedem seu avanço. As massas batem-se também contra suas próprias limitações organizativas.

**5** - Essa contradição ficou explicitada nos meses de junho e julho de 2013, quando um grande levante popular eclodiu e teve de enfrentar a capitulação de todas as centrais sindicais e da grande maioria dos sindicatos. A traição foi levada ao extremo limite da

**6** - Ou seja, não existe nenhuma justificativa objetiva nem subjetiva para o recuo. Todas as condições estão dadas para que surja um movimento de massas de novo tipo e esse tipo é o sindicalismo revolucionário. O levante popular do Brasil mostrou a emergência no cenário político do proletariado marginal (trabalhadoras e trabalhadores precarizados, terceirizados, superexplorados que aparecem como moradores de periferias e favelas, jovens, indígenas, negros, camponeses e trabalhadores rurais, etc.), que aparece como sujeito político balizador das pautas nos diversos protestos que ocorreram durante o le-

classe trabalhadora que, por um lado dá status privilegiado para setores da classe que participaram do pacto governista de conciliação de classes e, por outro, nega até mesmo o reconhecimento do caráter de classe trabalhadora às massas que foram às ruas.

**8** - As burocracias sindicais e partidárias, ligadas a essa esquerda integrada no sistema capitalista, a partir de suas caracterizações equivocadas sobre a estrutura de classes, agiram para reforçar a fragmentação da classe trabalhadora, segmentando e isolando categorias e militantes. Assim como o preconceito contra o lumpemproletariado impediu que amplos setores da classe fossem considerados como sujeito no passado, hoje um preconceito similar é usado contra a juventude e classe trabalhadora marginalizada. Tal concepção tem por base a extrema fragmentação da classe trabalhadora, gerada pelo neoliberalismo e pela fase ultra monopolista do capitalismo e produz uma segunda marginalização.

**9** - Essa posição dos socialdemocratas e conservadores reforça as discriminações estruturais usadas pelo capitalismo

condição mais precarizada de mulheres, negros e homossexuais no mercado de trabalho, fazendo com que sejam vítimas prioritárias de assédio moral e outras formas de violência. As próprias burocracias sindicais e estudantis reproduzem essas formas de discriminação, por isso devem ser combatidas no interior das diversas organizações da classe trabalhadora.

**10** - Marginalizados pelo sistema capitalista, marginalizados pela organização de representação socialdemocrata e conservadora (estatal e societária), só resta a estas massas uma única alternativa: romper com essas organizações e sua concepção. É nesse sentido que o ENOPES reconhece o proletariado marginal como um sujeito político, como fração da classe trabalhadora, e traça uma política para aprofundar a luta contra as opressões transversais na perspectiva de classe e ter uma política que combata a superexploração capitalista e as formas de discriminação que a realizam.

**11** - Essas opressões que levam a precarização da vida estão expressas nas demandas das massas. Todas as principais reivindicações das

educação" sintetizam essa vontade de lutar contra a precarização da vida.

**12** - É por isso que os megaeventos e grandes obras de desenvolvimento e o processo de precarização tornam-se o principal foco da luta de classes no próximo período. As grandes obras (construção de rodovias, reformas urbanas, vias, hidrelétricas, estádios e etc.) vitimaram principalmente essa parcela precarizada da classe trabalhadora, do campo e da cidade, o que coloca num antagonismo direto com o Estado e o regime de acumulação capitalista. Obras como a de Belo Monte, a Reforma do Maracanã e diversas reformas urbanas deixaram milhões de desabrigados e exigem a eliminação de direitos coletivos.

**13** - Neste contexto renova-se a importância da questão agrária e ambiental, tema central da luta anticapitalista, que foi secundarizada ou mesmo abandonada pelas centrais sindicais e movimentos sociais, que não conseguiram trabalhar efetivamente a união das lutas do campo e da cidade.

**14** - O agronegócio e a expansão do capitalismo no campo é uma atividade estratégica na atual conjuntura para o modo de acumulação capitalista no Brasil e do Imperialismo, sendo por isso estratégica a desestabilização do poder do capital e suas formas de opressão; esse processo de expansão se manifesta atualmente na luta pela terra e controle dos recursos naturais e tende a intensificar os conflitos no campo.

**15** - É preciso ter consciência que a luta pela reforma agrária foi pautada numa visão equivocada dos camponeses, trabalhadores rurais e povos indígenas, que eram considerados como pequena burguesia e apegados a "propriedade familiar e comunal/primitiva", definindo assim como principal pauta a ideia de que a luta pela terra era reduzida e equivalente a luta pela "propriedade". Por isso é preciso



Mesa de abertura do I ENOPES

repressão e criminalização, o ataque mais covarde contra os trabalhadores e juventude em luta. Essa traição se dá no momento em que o capitalismo internacional está em crise, em que o modelo do lulismo entra na fase mais visível de sua agonia e quando as massas avançam voluntariamente para luta.

vante popular e em diversas lutas depois de junho. **7** - Nas jornadas de junho, os partidos, centrais sindicais e diversos sindicatos (de orientação social-democrata e conservadora), hegemonicamente identificados como esquerda, apresentaram sua concepção de

para impedir o desenvolvimento da consciência e unidade de classe. Dentre os fatores principais que impulsionam a fragmentação de nossa classe estão as opressões transversais, como machismo, o racismo, a xenofobia, o sexismo e a LGBTfobia. O que se expressa estatisticamente na

massas durante o levante popular de junho, durante as greves combativas como a dos profissionais de educação (do Rio de Janeiro e de Fortaleza) são de natureza coletivista e antidiscriminatória. Palavras de ordem como "da capa eu abro mão, quero dinheiro para saúde e



balhadora, com reflexo nas lutas de diversas categorias. É necessário compreender corretamente os limites da atuação enquanto direção sindical, compreendendo a estrutura sindical baseada na fórmula do sindicalismo de Estado, que envolve as direções na burocracia e pressiona para uma atuação sempre nos marcos do legalismo.

33 — Esse legalismo e tutela se expressa na ação grevista. As greves de empresa são a maior expressão dessa tutela, pois impedem o avanço da luta de classes no movimento operário. Por isso, é fundamental levar adiante a participação do movimento operário na construção da Greve Geral. O ENOPES deliberou que o FOB irá construir um GT de Política Operária para reunir operários e sindicalistas e organizar nacionalmente uma discussão para construção das organizações e oposições de base no movimento operário. Esse grupo irá realizar o trabalho de agitação e propaganda em favor da Greve Geral.

34 — No mesmo sentido, o balanço das lu-

ráter orgânico para a luta dos setores precarizados. 36 — A luta contra o sindicalismo de Estado, sua estrutura (imposto sindical, unicidade sindical, carta sindical, etc.) e sua ideologia (legalismo, corporativismo), é tarefa fundamental para a construção do sindicalismo revolucionário. Essa luta se dá por fora e por dentro das entidades sindicais de base, compreendendo o papel central das oposições sindicais na ruptura com o sindicalismo de Estado.

37 — As forças de repressão não são parte constitutiva da classe trabalhadora, pois integram a estrutura do aparato repressivo do Estado burguês, responsável pela defesa da propriedade privada, pela repressão às greves e manifestações populares, pelo genocídio nas favelas e periferias urbanas, pelas chacinas no campo. A sua atividade de repressão suplanta qualquer possibilidade de associação política ao movimento dos trabalhadores. O apoio às greves dos setores do aparato repressivo denunciam o ca-

Por isso é preciso colocar o foco não na demanda por reforma agrária, mas na ação direta por terra e liberdade como marco fundamental da política do FOB, significando isso a luta pela ocupação e posse efetiva da terra e contra a criminalização, repressão e violência no campo (com a retirada da Força Nacional do interior e sua extinção).

39 — Nesse sentido, a ação direta por terra e liberdade considera que os camponeses e povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais podem e devem fazer a luta pela terra como parte da luta pela autonomia produtiva e gestão direta dos meios de produção e nos marcos da negação da mercantilização da terra e da vida.

40 — É preciso também criticar e denunciar, na esfera ambiental, o preservacionismo liberal, ecocapitalismo e economia verde que implicam na tutela e subordinação de camponeses e povos tradicionais, expropriados do direito de usufruto de terras e territórios, em favor da propriedade estatal e parcerias com empresas privadas que se beneficiam desses mecanismos.

41 — Também iremos lutar pelos direitos trabalhistas e reajustes salariais dos trabalhadores rurais, como pauta estratégica da construção da Greve Geral. É preciso parar a produção as agroindústrias, vetor da superexploração.

42 — Para encaminhar essa política, será criado no âmbito do FOB um GT de Lutas Socioambientais e Rurais, para organizar a intervenção nas lutas de camponeses, indígenas, pescadores, quilombolas, povos da floresta e etc. e levar uma proposta organizativa que rompa com o governo e fragmentação das lutas agrárias e socioambientais. Será tarefa desse GT construir uma política para o tema dos direitos dos animais como parte das lutas socioambientais; e uma política para aprofundar a participação da mulher trabalhadora rural nos espaços organizativos do movimento social, combatendo os traços de patriarcalismo que permeia a organização sindical e do movimento social e a violência de gênero dentro das relações de trabalho.

43 — GT de Lutas Socioambientais e Rurais

também se dedicará aos debates sobre a educação no campo e a educação indígena. E também os debates sobre as cooperativas (consumo e produção), no campo e na cidade, a fim de fundamentar a intervenção social contra a fome e aprofundar a crítica ao atual modelo alimentar.

## Políticas Para o Movimento Popular e setores marginalizados

44 — O capitalismo transforma o solo urbano em mercadoria e as reformas urbanas são historicamente violentas e segregacionistas, determinadas pelo mercado imobiliário, sendo o acesso e o direito à cidade, à infraestrutura e aos equipamentos urbanos determinados pelo interesse do capital. Os megaeventos e o processo de privatização dos espaços urbanos significam numa nova ofensiva do capital sobre as cidades que acentuam esta tendência. Essa ofensiva ao mesmo tempo incide sobre o proletariado marginal, que sem condições de organização no local de trabalho, sendo superexplorado no processo de produção, também é sacrificado no processo de circulação e acesso à cidade.

45 — Por isso é necessário uma ferramenta de luta que agregue e intervenha sobre estas questões; por isso o FOB irá fomentar a criação dos Comitês de Cultura e Luta (CCL) como uma das políticas do FOB para organização dos setores marginalizados e para intervir nas lutas urbanas.

46 — O CCL será uma organização por local de moradia (bairro proletário, periferias e favelas) para contribuir com a organização das trabalhadoras e trabalhadores precarizados (subempregados, desempregados, superexplorados em estabelecimentos pequenos e fragmentários, trabalhadores domésticos, camelôs e ambulantes, etc.) com as tarefas de desenvolver atividades culturais que estimulem a luta e a resistência, organizar a ação direta e a autodefesa e disseminar uma cultura de resistência.

47 — O CCL também poderá se converter



em alternativa às direções populares de bairros comprometidas com o governo, com o clientelismo, com as forças paramilitares e com o Capital. Ele deverá organizar a luta por equipamento e direito coletivo (infraestrutura urbana, saúde, educação e direitos humanos) e a luta coletiva.

48 — As lutas urbanas colocam o desafio de construir pautas que mobilizem de maneira unificada o conjunto da classe trabalhadora, os trabalhadores precarizados e superexplorados, incluindo a população em situação de rua.

## Políticas Antidiscriminatórias, de Mídia e Combate à Criminalização.

49 — A discriminação sexual, geracional, de gênero e étnico-racial continua a ser um dos fatores fundamentais da superexploração e dominação capitalista e é preciso aprofundar dentro das organizações tanto a discussão política do seu lugar quanto medidas práticas para combater essas formas de discriminação.

50 — A discriminação se cruza e é acentuada pela criminalização, que recai historicamente sobre negros, jovens, pobres, moradores de periferia, camponeses, indígenas e militantes classistas. As respostas dadas pela tendência social-democrata no Brasil sempre foram negar o lugar das discriminações ou resolver através de medidas legalistas. O resultado foi o incremento e extensão da repressão para os setores marginalizados da classe trabalhadora, que operam também através do assédio moral e perseguição política (armas do Estado e da burocracia sindical), realizados através de boatos e calúnias difundidas pelos meios de comunicação para impedir o avanço da luta dos trabalhadores.

51 — Nesse sentido, o cenário nacional mostra uma escalada de violência, discriminação e criminalização e perseguições administrativas que marcam a necessidade de uma linha política adequada a essa situação nacional.

52 — O surgimento das mídias alternativas

no levante popular foi um dos principais elementos da nova conjuntura. Mas é preciso dizer que nenhuma mídia é neutra, e que a mídia anti-hegemônica não pode se restringir à denúncia da repressão. Por isso o ENOPES deliberou pela construção uma Rede de Mídia Classista no âmbito do FOB. A R.M.C. não irá se pautar somente na denúncia das ações policiais e repressão, mas também na defesa da luta popular transformando estes casos em exemplos a serem seguidos em outras localidades. Este veículo de comunicação é apenas um meio para que as formas de luta combativa possam se divulgar e se estender por todo o Brasil. O objetivo desta é divulgar análises dos acontecimentos, travando a luta ideológica contra a criminalização e discriminação e apresentando posições de um ponto de vista classista. A R.M.C. não apenas divulgará, mas fará análises das lutas, sendo formadora/Informadora. Irá promover oficinas para qualificar a produção dos materiais de divulgação (filmes, textos, jornais, cartazes, panfletos, etc.).

53 — Em razão da criminalização e do Estado de Exceção que se prepara para 2014, as formas de ação devem ser adequadas às exigências da luta clandestina sob um regime de exceção, expressando-se em campanhas e formas de organização. Isso deve se refletir em campanhas de propaganda e solidariedade.

54 — O ENOPES delimitou que o FOB irá intensificar a criação de caixas de resistência e fundos de solidariedade para apoio às famílias e aos presos políticos e vítimas da repressão e do assédio. Também promoverá a criação de comitês e/ou comissões, regionais e nacional de combate ao assédio moral, à criminalização e à perseguição política de militantes e movimentos sociais, com as tarefas de: i) denunciar as burocracias sindicais e partidárias que abandonam os lutadores do povo para serem vítimas da repressão; ii) dar visibilidade aos casos de assédio moral; iii) elaborar cartilhas e outros materiais de orientações para defesa contra assédio moral e a criminalização e para a autodefesa legal e física em manifestações; iv) organizar apoio médico, psicológico, jurídico e financeiro aos manifestantes.



tas dos profissionais da educação mostrou que tal setor, ultra precarizado, enfrentou a traição sistemática nas greves como no Ceará, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por isso, o ENOPES deliberou pela nacionalização da oposição trabalhadores da educação (abrangendo os trabalhadores da educação pública municipal e estadual e da rede privada), de maneira a avançar na luta neste ramo, através da criação de um GT de Trabalhadores da Educação (estadual, municipal e privada) para realizar tal construção.

35 — Da mesma forma, as oposições sindicais irão criar em todos os ramos e setores de atuação formas organizativas nos locais de trabalho capazes de incorporar terceirizados no processo de mobilização e de luta. A mobilização dos trabalhadores terceirizados será priorizada, exatamente para dar um ca-

ráter contrarrevolucionário do sindicalismo conservador e socialdemocrata. Tal apoio não só reforça o sindicalismo de Estado, mas também torna o sindicalismo conservador e socialdemocrata cúmplices da repressão burguesa.

## Política de Construção das Lutas socioambientais e agrárias (Camponesas, Indígenas, Quilombolas)

38 — As lutas agrárias e socioambientais estão estagnadas há mais de uma década, na expectativa de que o governo fizesse a reforma agrária e demarcasse terras. Essa ilusão se desfaz através da ofensiva do capitalismo no campo.



Manifestação na Aldeia Maracanã - Rio de Janeiro

## Plano de Lutas para 2014 e programa de reivindicações e mobilização

55 – Sendo o foco do próximo ano a construção da Greve Geral pela Base, é preciso ter um programa de reivindicações que seja capaz de unificar e mobilizar. Essas reivindicações devem ser formuladas e preparadas por meio de campanhas de propaganda e agitação que serão realizadas ao longo do ano.

56 – Os eixos do programa e das campanhas de mobilização:

### Pauta de Reivindicações

1) **Trabalho:** Aumento Geral dos Salários; arquivamento do PL 4330 (projeto de lei que regulamenta as terceirizações para atividade fim). Fim das terceirizações e extensão dos direitos aos trabalhadores terceirizados. Redução da jornada de trabalho para 30h sem redução de salário e pelo fim do banco de horas (a fim de não reduzir o cuidado da criança a uma responsabilidade exclusivamente feminina).

2) **Transporte:** passe-livre irrestrito para todos os estudantes; tarifa zero nos transportes urbanos sem subsídios às empresas e investimento imediato em transportes coletivos nas principais capitais.

3) **Moradia:** assentamento de todas as famílias removidas em habitações populares dignas; paralisação imediata de todas as remoções em razão das grandes obras; indexação dos aluguéis; reconhecer o direito de posse imediato para todas as ocupações urbanas e reajuste imediato dos aluguéis sociais.

4) **Terra:** Demarcação da Aldeia Maracanã como terra indígena; arquivamento dos PL's/ADIN de revisão das demarcações das terras indígenas e quilombolas e conclusão de todas as demarcações suspensas por processos judiciais.

5) **Educação:** atendimento às pautas de reivindicação de docentes das universidades e escolas federais, estaduais e municipais relativas à carreira, salário e autonomia pedagógica. Recursos Federais para a Criação da Universidade Indígena da Aldeia Maracanã.

6) **Democracia:** Libertação de todos os processos políticos e extinção de todos os processos criminais e administrativos; anulação da Lei Geral da Copa.

57 – Estes eixos de reivindicação visam expressar as aspirações coletivistas das massas, as demandas por terra, trabalho, educação, saúde, transporte e liberdade. Essas reivindicações devem ser objeto de um trabalho de propaganda e agitação, bem como levadas às assembleias de base como forma de aprofundar o nível de consciência e unidade de ação das massas.

58 – Como parte do plano de lutas iremos realizar campanhas que de mobilização logo no início do ano de 2014. As campanhas estarão relacionadas ao calendário de mobilização e ao programa de reivindicações econômicas, sociais e políticas. Maneira o plano de lutas ficou organizado de acordo com o seguinte calendário:

1) Campanha contra a previdência complementar e privada e parcerias público-privadas (PPPs), como exemplo o EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).

2) Campanha contra a desigualdade salarial e trabalhista. "Mesmo trabalho, mesmo salário, mesmos direitos". Campanha pelo arquivamento do PL 4330 (projeto de lei que regulamenta as terceirizações para atividade fim).

3) Campanha por "Terra e Liberdade": exigindo a retirada da Força Nacional de Segurança do Campo e sua extinção; denunciando os assassinatos e formas de violência no campo e demarcação de terras e assentamento de famílias sem-terra; denunciar os efeitos da transposição do rio São Francisco.

4) Campanha Fora Burocracia Sindical. Denúncia sistemática de acordos de cúpula e traições das greves de 2011-2013 e das estratégias reformistas que apontam a via legalista/jurídica como forma de combate à violência contra a classe trabalhadora, realizando debates, pinturas, panfletagens, oficinas de autodefesa, etc.

5) Campanhas pelo Direito à cidade: "Tomar as cidades e fazê-las como queremos"; abertura de todas as contas das empresas de prestação de transporte público.

6) Campanhas contra a Criminalização: "Atrás da máscara está o povo"; "Somos todos Black Blocs"; "O capuz é o rosto de um povo que luta!"

7) Campanha "Boicote à Copa": não vá aos jogos, não dê audiência e não faça trabalho voluntário.

### Calendário

**Janeiro-Março:** Organizar trabalho de propaganda e agitação, fazendo um jornal convocatório à greve geral e divulgando sua pauta. Usar o carnaval e todas as grandes concentrações populares como momento de propaganda. Propaganda em portas de fábricas, rodovias e etc. Iniciar as campanhas de agitação e propaganda.

**8 de Março:** homenagem ao Dia Internacional da Mulher Trabalhadora e ato de denúncia da violência contra a Mulher. Reivindicar a criação de creches públicas, campanha pela descriminalização e legalização do aborto (que deve ser política pública do SUS, com capacitação dos profissionais).

**28 de Março:** Dia Estudante: ato e cam-

panha de propaganda, dia nacional de protesto e convocação e organização da greve estudantil.

**31 de Março:** Ato Teatral "Dádiva Nunca Mais" (contra os 50 anos de Guido de 1964, pela revogação da lei geral da copa e pela reorientação armiosos e apoio para os povos indígenas).

**07-09 de Abril:** Semana de mobilização em defesa do direito indígenas, quilombolas, no campo negro e trabalhadores rurais, aproveitando o momento do índio e os protestos em memória das vítimas do massacre de Curitiba, a. Convocar greves nas Usinas em protesto, reivindicando o arquivamento dos PL's e ADIN contra demarcação de terras indígenas.

**Abril:** Ato Nacional contra os Bnos em Fortaleza.

**01 Maio (01 de abril e 2 de maio):** Gre-

ve de 48 horas com passeatas, manifestações nas capitais e as assembleias populares.

**15 de Maio:** Campanha nacional de propaganda contra o racismo, denunciando a violência contra a população negra e política que atua na repressão que exige uma verdadeira abolição.

**06 de Junho:** dia de greve geral para início das greves das categorias com atos contra a Copa em todo o Brasil.

**20 de Junho:** Ato de comemoração da Frente Popular, Greve Geral e ato de convocação 7 de setembro. Ato contra o racismo.

**20 de Novembro:** Dia de Classe Negra, ato e mobilizações administrativas.



Atividade de encerramento do ENOPES

**É barricada, greve geral e ação direta que derruba o capital! Ir ao combate sem temer! Ousar lutar! Ousar vencer!**

